

Guerra do Paraguai: efemérides do centenário do conflito em Santa Maria

Paraguayan War: ephemera of the centenary of the conflict in Santa Maria

Beatriz Barbosa Bender,¹ UFSM

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo expor reflexões iniciais acerca da dissertação que está em processo de construção no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. Esta dissertação visa compreender a percepção, apropriação e uso da História por meio da análise das efemérides no centenário da Guerra do Paraguai em Santa Maria, cidade de importância nacional para as Forças Armadas. A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um evento histórico significativo para os países envolvidos e alvo de intensas revisões historiográficas ao longo dos séculos subsequentes ao conflito. Seu centenário abrange os anos de 1964 a 1970, período de tensões políticas e sociais no Brasil, marcado pela Ditadura Civil-Militar. A partir das fontes consultadas até o momento, percebe-se uma tentativa institucional de esquecimento do conflito, expressa pelo esforço em não comemorar.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Centenário; Efemérides; Memória; Esquecimento.

Abstract

The purpose of this paper is to present initial reflections on the dissertation that is currently under construction in the Graduate Program in History at the Federal University of Santa Maria. This dissertation aims to understand the perception, appropriation and use of history by analyzing the ephemeris of the centenary of the Paraguayan War in Santa Maria, a city of national importance for the Armed Forces. The Paraguayan War (1864-1870) was a significant historical event for the countries involved and the subject of intense historiographical reviews over the centuries following the conflict. Its centenary covers the years 1964 to 1970, a period of political and social tensions in Brazil, marked by the Civil-Military Dictatorship. From the sources consulted so far, we can see an institutional attempt to forget the conflict, expressed by the effort not to commemorate it.

Keywords: Paraguayan War; Centenary; Ephemeris; Memory; Oblivion.

Introdução

O presente artigo é fruto de reflexões iniciais quanto a temática da pesquisa que está em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. O mesmo tem por objetivo analisar a percepção, apropriação e uso da História através da análise de efemérides no centenário da Guerra do Paraguai em Santa Maria.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria, bolsista CAPES/DS.

A Guerra do Paraguai, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870, mobilizou quatro países estes sendo o Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O conflito é caracterizado como basilar para as nações envolvidas, as modificando internamente e, no caso do Brasil, escrachando suas contradições e colaborando para o andamento de outros eventos históricos, tal como a abolição da escravização e a Proclamação da República.

Historiografia e memória do conflito

A Guerra do Paraguai passou por densas revisões historiográficas que deram luz a diferentes perspectivas para o conflito, as quais, sempre estavam intrinsecamente conectadas às transformações ideológicas de setores políticos, servindo para alicerçar suas perspectivas ou para enfrentá-las. Mesmo antes de seu término, surgiram publicações de membros das tropas que participaram ativamente da guerra, desenvolvendo narrativas épicas de suas experiências, como a obra pioneira do engenheiro Alfredo d'Escragolle Taunay, *A Retirada da Laguna*, publicada pela primeira vez em português em 1974, mas escrita em francês em 1968. Neste livro, Taunay descreve brevemente o comportamento agressivo do Paraguai como país provocador da guerra e, posteriormente, foca em suas próprias aventuras em direção a Mato Grosso.

As publicações após 1870 seguiram o mesmo estilo narrativo e as mesmas conclusões propostas por Taunay. Em resumo, grandes eventos épicos eram lembrados, enquanto a causa do conflito era inteiramente atribuída à figura de Solano López, retratado como um tirano ambicioso que levou seu país à ruína. Entre as obras dignas de menção, destaco *Reminiscências da Guerra do Paraguai* de Dionísio Cerqueira, publicado em 1910 em tom memorialístico. No entanto, com o fortalecimento do movimento republicano, surgiram narrativas que criticavam a atuação do Império na Guerra, bem como questionamentos sobre o desempenho dos líderes militares e as condições insalubres a que os soldados foram submetidos. É importante observar que, nesse momento, a legitimidade da Guerra ainda não era objeto de debate.

Segundo Francisco Doratioto (2009), após a instauração da República em 1889, a posição em relação à Guerra do Paraguai tornou-se ambígua. Enquanto intelectuais positivistas passaram a condenar a atuação do Império no conflito, militares de alta patente que participaram do golpe da república, como Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca, legitimavam a guerra. Uma intensa batalha ideológica dividiu os intelectuais da época, entre

aqueles que produziam justificativas para a nova ordem republicana, destacando os problemas do Império, e os que defendiam as ações da monarquia durante o conflito. Nomes como Taunay, Joaquim Nabuco e André Rebouças se destacaram na defesa das atuações do Império no Prata. Quanto às concepções positivistas no Brasil, Doratioto (2009) aponta que essas perspectivas filosóficas e políticas enfraqueceram com a morte de suas lideranças na década de 1920.

No início do século XX, uma revisão da temática emergiu no Paraguai, liderada por Juan Emiliano O’Leary (1922; 1925), que ressaltou a figura de Solano López como um grande líder e herói de guerra. Essa revisão atendeu a interesses econômicos e políticos, consolidando efetivamente o nacionalismo na sociedade paraguaia. Segundo Doratioto (2022), essa interpretação foi adotada por uma série de ditadores paraguaios: “Rafael Franco (1936-7) a oficializou; Higinio Morínigo (1940-8) a fortaleceu e Alfredo Stroessner (1954-1989) a tornou a ideologia oficial do Estado, a ponto de prender e exilar aqueles que dela divergissem” (Doratioto, 2022, p. 23). Essa virada historiográfica teve repercussões no Brasil, com a publicação de diversos trabalhos que contestam as novas perspectivas sobre a figura de Solano López. Lindolfo Collor (1926), Luis da Câmara Cascudo (1927), Baptista Pereira (1928) e Mário Barreto (1928-33) são exemplos de autores que enfrentaram esse debate.

Na década de 1930, Augusto Tasso Fragoso publicou sua grande obra intitulada *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, dividida em 5 tomos. Nela, Fragoso contextualiza as origens do conflito, procurando entender a lógica que moveu López a desencadear a Guerra, bem como reflete sobre diversas críticas realizadas em estudos anteriores sobre as decisões tomadas pelos comandantes dos exércitos no desenrolar do conflito. Sua publicação foi considerada uma obra que encerrava os debates sobre a temática, não havendo grandes publicações posteriores a ela durante um longo período.

A próxima grande virada historiográfica referente à Guerra do Paraguai ocorre no final da década de 1960. *La Guerra del Paraguai: gran negocio!* de Leon Pomer (1968) é tido como marco inicial do revisionismo que colocou Solano López como um grande líder anti-imperialista. No Brasil, a obra fundamental para entender esta vertente foi publicada em 1979 por Julio José Chiavenatto, intitulada *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*, a qual se apropria e simplifica as ideias apresentadas por Pomer. Neste livro, Chiavenatto culpabilizou a Tríplice Aliança pelo conflito e alicerçou esta perspectiva em uma narrativa emocional, afirmando a interferência imperialista britânica no conflito. Esta obra tem cunho

intrinsecamente jornalístico e é desenvolvida sem fontes históricas; contudo, a mesma se popularizou e foi amplamente aceita, até mesmo por intelectuais, durante a década de 1980.

Doratioto (2022) explica o silenciamento frente ao revisionismo devido ao

[...] momento histórico em que foi gerado e se desenvolveu, nas décadas de 1960 e 1980, quando as sociedades desta parte da América do Sul viviam sob ditaduras militares, que, apesar de castradoras das liberdades civis, reivindicavam para si a defesa do pensamento liberal. Uma das formas de combater essas ditaduras era desmoralizar seus referenciais históricos, seus ídolos - na Argentina, Mitre; no Brasil, o duque de Caxias - e seus alicerces ideológicos. Daí o espírito acríptico com que o mundo acadêmico aceitou e reproduziu, naquele momento, publicações 'revisionistas' sobre a Guerra do Paraguai, mistificadoras de Solano López, e que responsabilizavam o imperialismo britânico pelo conflito (Doratioto, 2022, p. 24).

O primeiro trabalho a contestar essas perspectivas e dar início à Nova História da Guerra do Paraguai é o livro originado da tese defendida em 1983 por Luiz Alberto Moniz Bandeira, intitulado *O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na bacia do Prata; da colonização ao Império*. Contudo, esta obra permaneceu sem reverberações até o início da década de 1990, quando diversos outros autores publicaram teses, dissertações e livros que, agora, eram alicerçados em teorias e metodologias da ciência histórica. Eles davam novos enfoques para a origem da guerra, eram críticos ao revisionismo e se concentravam em temáticas específicas para desenvolver suas análises. Alguns exemplos são Ricardo Salles (1990), Francisco Doratioto (1991), Ana Paula Squinelo (2002), Mauro César Silveira (1996) e Renato Lemos (1999). Ainda hoje, a grande obra referência na área é o livro publicado em 2002 por Francisco Doratioto, intitulado *Maldita Guerra: Nova História da Guerra do Paraguai*, no qual o autor realiza estudos densos sobre diversos aspectos do conflito, utilizando uma quantidade exorbitante de tipos documentais como fonte histórica.

A partir da Nova História da Guerra do Paraguai, diversas temáticas relacionadas ao conflito passaram a ser exploradas, e nesse contexto, os estudos sobre memória se inserem na historiografia. Francisco Cabral Alambert Junior é pioneiro no estudo da Guerra do Paraguai por meio de uma perspectiva cultural. Em sua tese (1998), o autor discorre sobre os projetos de Brasil que surgem com força após o conflito, geralmente regidos por um esforço "civilizador", expresso no binômio de "civilização" e "barbárie". Essas perspectivas justificaram projetos políticos e culturais tanto no Segundo Reinado quanto na Primeira República, sendo este o recorte temporal empregado pelo autor. Para desenvolver tal análise, Alambert Junior se dedica principalmente a produções literárias do período, analisando

autores como Euclides da Cunha, Visconde de Taunay, Raul Pompéia, José Veríssimo e Machado de Assis.

Marcelo Santos Rodrigues, em sua tese *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento*, defendida em 2009 na Universidade Federal de São Paulo, aborda os processos de memória e esquecimento no imediato pós-Guerra. O autor destaca que a promoção de desfiles na corte dos batalhões que voltavam da campanha, assim como o primeiro esforço para desenvolver monumentos sobre a guerra e seus heróis, fazia parte de um projeto de modernidade em curso no Império, fortemente influenciado por ideias provenientes da França. No entanto, quase imediatamente após essa efervescência, devido ao abandono do grande contingente de voluntários e demais combatentes na guerra, que solicitavam auxílio devido a doenças e mutilações originadas na campanha, bem como às reivindicações de pensões das viúvas enlutadas pelos cônjuges falecidos, o Império inicia um processo de apagamento da memória do conflito, deslegitimando esses pedidos de indenizações e pensões. Segundo o autor, esse processo de esquecimento é agravado pelo contexto histórico caracterizado por diversas transformações sociais e políticas.

O autor também destaca a relação da República com esses processos, pois a mesma necessitou legitimar-se por meio de seus grandes heróis, que foram selecionados dentre os grandes combatentes da Guerra que eram republicanos, criando assim uma nova memória para o conflito. A República também procurou cumprir as promessas que o Império fez aos voluntários da pátria. No entanto, mesmo após o decreto 1.687, promulgado em 1907, que garantia uma série de direitos aos oficiais e praças sobreviventes, a grande maioria dos sobreviventes continuou sem nenhum tipo de auxílio. Isso se deve ao fato de que a execução da lei estava condicionada à comprovação do mérito, e sem recursos para se dirigir à capital do país e sem os documentos necessários, a lei não se aplicou efetivamente.

Para além, o autor destaca que mesmo a memória da Guerra não estando em voga na agenda do Império e da República, o Exército e a Marinha

[...] não deixaram de recordar anualmente as vitórias contra o inimigo e, assim, exaltar suas participações na campanha. [...] Todavia, essas comemorações eram motivadas por duas questões pertinentes: a disputa pela memória gloriosa e o reconhecimento de que as duas instituições ingressavam na vida política do Brasil, notadamente o Exército (Rodrigues, 2009, p. 306).

Por fim, saliento que o autor destaca o papel da imprensa neste processo de esquecimento, a qual optou por noticiar os novos acontecimentos políticos e sociais em detrimento de outros assuntos, tal como a memória da Guerra, suas consequências e agentes. Para além, o autor afirma que alguns redatores justificam seus silenciamentos quanto a temática devido a repugnância emanada da população em geral sobre o assunto, devido a ser um tema sensível. Poucas referências às batalhas ocorridas durante a Guerra foram encontradas na imprensa carioca pelo pesquisador, o qual destaca que, ao lembrar dos horrores cometidos pelo Paraguai, a sociedade e as futuras pesquisas na área, seriam também confrontadas pelos horrores cometidos pelo Brasil.

Ana Beatriz Ramos de Souza, em sua tese defendida em 2020, intitulada *Mártires da véspera: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945)*, desenvolve um denso estudo sobre os processos de memória e esquecimento do conflito, com um recorte que compreende de 1870 a 1945. Assim como Rodrigues (2009), a autora se debruça sobre as ações de memória do Império no imediato pós-Guerra, em um momento em que a memória se confundia com a história que se gostaria de constituir sobre o conflito. Contudo, a autora avança no recorte temporal, passando pelo Império e seguindo para diversos governos republicanos.

Sua tese é dividida em dois grandes blocos, no primeiro a autora aborda temáticas como a Construção do Asilo de Exilados da Pátria e das discussões sobre a criação de um Museu para abrigar as relíquias da Guerra, bem como seus respectivos abandonos por parte do Estado. Explora também a relação entre a tentativa de esquecimento evocada por positivistas na década de 1920, em consonância com o entusiasmo de Gustavo Barroso em construir um Museu que guardasse a História Nacional, com ênfase na Guerra. Destaca ainda a Guerra do Paraguai sendo exaltada novamente durante o governo Vargas devido à necessidade de arregimentação de tropas para a Segunda Guerra Mundial. A autora também desenvolve uma toponímia da Guerra no Rio de Janeiro através das nomeações de espaços públicos, como ruas e praças, que possuem referência ao conflito.

Dentro desse mesmo recorte temporal, na segunda parte de sua dissertação, a autora reflete sobre iniciativas particulares de recordações, as quais se apropriaram e constituíram discursos que integraram um imaginário coletivo. Para tal análise, são exploradas obras literárias, diários, reminiscências e publicações de jornais referentes à guerra. Neste momento, enfatiza-se suas problematizações sobre a eterna memória de grandes nomes enquanto outros

são relegados a locais de esquecimento. Por fim, a autora faz algumas contribuições quanto aos cemitérios receptores de memória e aos cemitérios monumentos, realizando uma densa análise de seus sentidos e funções concretas.

Quanto à temática da memória da Guerra do Paraguai no interior das Forças Armadas, destaco dois trabalhos que foram localizados até o momento nos repositórios de teses e dissertações da CAPES, sendo as dissertações de Marcos Pereira Antunes (2007) e Rodrigo Perez Oliveira (2011). Em seu trabalho *Uma batalha simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro (1906-1930)*, Marcos Antunes tem como objetivo analisar os discursos presentes em três obras escritas por autores militares ou ligados ao Exército, publicadas na década de 1920. Estas obras são: *A epopeia da Laguna, comemoração que se impõe, dívida sagrada a resgatar*, do coronel do Exército e professor da Escola Militar José Feliciano Lobo Vianna; *A Epopeia de Mato Grosso no bronze da história (1926)*, do Capitão do Exército e também professor da Escola Militar, Pedro Cordolino de Azevedo; e *Heroes Abandonados, peregrinação aos lugares históricos do sul de Mato Grosso (1925)*, de Armando Arruda Pereira, engenheiro que projetou uma série de quartéis do Exército em Mato Grosso.

Neste sentido, o autor disserta que a retirada da Laguna se tornou um símbolo importante da identidade dos militares brasileiros. A partir do início do século XX, o Exército iniciou um processo de identificação de seus integrantes com os "heróis" do passado, incluindo os participantes das ações realizadas no Sul do antigo estado do Mato Grosso, por ocasião da guerra contra o Paraguai, conhecida como retirada da Laguna. O autor discorre que, a partir deste momento, o Exército passou a valorizar a luta, o sofrimento e a abnegação como elementos fundamentais da identidade militar, deste modo, as três obras mencionadas consolidaram a identidade militar e, além disso, fundamentaram o processo de profissionalização militar ocorrido no início do século XX.

Rodrigo Oliveira (2011) em sua dissertação *As armas e as letras: a Guerra do Paraguai na memória oficial do Exército Brasileiro (1881-1901)* analisa a atuação do Exército brasileiro pela perspectiva da memória, abordando os diferentes usos da representação do passado desenvolvida através da institucionalização de um discurso oficial, em seu processo de sedimentação. Para tal o autor utiliza fontes militares variadas, tal como jornais, revistas e bibliografias, todas produzidas e publicadas por militares.

Frente ao levantamento exposto, minha dissertação visará responder questões que ainda não foram exploradas. Como é possível perceber através do breve levantamento acima, a temática da Guerra do Paraguai passou por um longo processo de transformações historiográficas até o presente, contudo, todas essas transformações serviram de alguma forma para corroborar com projetos políticos, deste modo, também afetando as perspectivas de memória quanto ao conflito. Com os trabalhos de Francisco Cabral Alambert Junior, Marcelo Santos Rodrigues e Ana Beatriz Ramos de Souza foi possível compreender os embates de memória desde o fim do conflito até, no estudo com maior amplitude temporal, o fim do Estado Novo (1945), tendo algumas reflexões que tangem a atualidade, tal como a toponímia da Guerra na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos dois trabalhos que se propõe a pensar a memória da Guerra do Paraguai dentro do exército brasileiro, ambos tem um recorte temporal bastante recuado no tempo, e ambos pensam nos processos de institucionalização de uma memória da Guerra dentro do exército, porém Marcos Antunes faz suas reflexões através do evento da Retirada da Laguna e a forma que esse acontecimento sedimentou diversas perspectivas dentro da corporação, enquanto Rodrigo Oliveira pensa na influência da Guerra para a elaboração de um discurso memorialístico e histórico que oficial e que reverbera na atualidade.

Neste sentido, minha dissertação visa compreender de que forma a Guerra do Paraguai foi manejada, principalmente através de efemérides, em um recorte ainda não estudado, seu centenário (1964-70). Devido ao fato de que a pesquisa tem seu foco em efemérides, é evidente que a memória e o esquecimento são temas centrais: o que se deseja comemorar? Por quais setores? De quais formas? Quais vertentes historiográficas são evocadas para fundamentar tais ações? Estes são alguns dos aspectos que devem ser levados em consideração ao buscar compreender os usos de narrativas sobre a Guerra em um momento em que o Brasil se encontra em meio a graves crises políticas, sociais e humanitárias, sendo o recorte do centenário do conflito nos anos de 1964 a 1970, quando o país estava envolto à Ditadura Civil-Militar.

Com o objetivo de compreender concepções teóricas sobre as ações, principalmente as públicas e políticas, de memória e esquecimento, serão abordados inicialmente duas obras para reflexão. Estes são *A memória, a história, o esquecimento* de Paul Ricoeur (2007) e *Culturas do passado – presente* de Andreas Huyssen (2014).

Em sua obra, Ricoeur inova ao colocar o esquecimento em pé de igualdade com a memória, pois até então, o esquecimento era tido como um erro da memória, uma lacuna. Sob essa perspectiva, o conceito de memória se definiria como a luta contra o esquecimento. Ao desenvolver sua teoria sobre o tema, o autor aborda dois meios pelos quais o esquecimento ocorre: através do apagamento de rastros, que engloba aspectos materiais, psíquicos e cerebrais, e através do que ele chama de “esquecimento de reserva”.

O que é vital para a construção do trabalho em questão são as relações entre verdade e narrativas, bem como a compreensão de como essas relações se manifestam nos processos de esquecimentos públicos institucionalizados. Ricoeur afirma que a narrativa sempre possui uma dimensão seletiva e excludente. Dessa forma, as construções das histórias oficiais direcionam a composição dessa narrativa, retirando esse poder dos atores sociais, em um processo que muitas vezes, esses atores devido a processos psíquicos complexos gestados em momentos de tensões e traumas, optam por não narrarem a si mesmos como uma forma de escapar da memória, escolhendo o "não-querer-saber".

De maneira incisiva, Ricoeur elabora sobre ações conjuntas que trazem à tona a memória manipulada, tal como

[...] a estrutura patológica, a conjuntura ideológica e a encenação midiática juntaram regularmente seus efeitos perversos, ao passo que a passividade desculpatória se concilia com a artimanha ativa das omissões, das cegueiras, das negligências. A famosa “banalização” do mal não passa, nesse sentido, de um efeito-sintoma dessa combinatória ardilosa (Ricoeur, 2007, p. 459).

Deste modo, o esquecimento ativo e passivo, presente comumente hoje, é produto de uma série de fatores, os quais, trazem questionamentos aos historiadores, tal como as temáticas que devem ser levantadas, suas relevâncias para o presente e quais as maneiras mais apropriadas para abordá-las.

Ricoeur posteriormente complexifica o entendimento dos abusos associados aos esquecimentos institucionais, notadamente os realizados por meio de anistias. Em resumo, o autor argumenta que a anistia tem o propósito de encerrar graves desordens políticas que impactam a paz civil, mas surgem diversas problemáticas decorrentes desse processo de esquecimento institucionalizado, as quais são posteriormente analisadas por Andreas Huyssen em sua obra *Culturas do passado – presente*. Em síntese, Ricoeur destaca a ligação entre a anistia e um passado proibido, que não aborda os processos de trauma visando à superação, mas simplesmente impede a revisitação do tema. O próprio autor reconhece que é útil para um

Estado encerrar conflitos por meio de um ato institucional que responsabiliza ambas as partes pelas violências cometidas, reafirmando a unidade nacional. No entanto, geralmente esses processos apagam da memória os crimes cometidos e suas consequências para as sociedades.

Mais recentemente, Andreas Huyssen, em seu capítulo *Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público*, afirma que o esquecimento ainda é considerado, mesmo após os esforços de Ricoeur, como uma falha da memória que deve ser suprimida. O autor menciona Walter Benjamin ao abordar o vácuo teórico em torno do esquecimento, contextualizando-o no momento pós-Segunda Guerra Mundial, no qual não se desejava evocar aspectos que pudessem gerar esquecimento.

Huyssen tece críticas também a Paul Ricoeur o qual afirma que apesar de seu trabalho ser intitulado por *A memória, a história, o esquecimento* o mesmo não constrói uma base sólida para se pensar uma ética do esquecimento, para além de uma patologia, contudo também destaca que este foi um importante esforço na busca de diferenciar as maneiras que se dão o esquecimento nas esferas públicas e políticas. Neste mesmo sentido, o autor ainda destaca que muitos trabalhos são produzidos enfatizando os excessos de memória, mas nenhum dos mesmos realmente faz uma defesa ao esquecimento, nem se propõe a realizar reflexões teóricas que corroborem com o campo.

Em suma, o autor declara que o senso comum, que coloca a memória contra o esquecimento e considera o esquecimento como unicamente um fator constitutivo da memória, precisa ser revisto, de modo que “o esquecimento precisa ser situado num campo de termos e fenômenos como silêncio, desarticulação, evasão, apagamento, desgaste, repressão – todos os quais revelam um espectro de estratégias tão complexo quanto à própria memória” (Huyssen, 2014, p. 158).

Após a apresentação das ideias dos autores, destacam-se algumas construções teóricas sobre as formas de esquecimento elaboradas na obra de Ricoeur, mas que são problematizadas por Huyssen. Estas incluem: o esquecimento como uma memória impedida, aspecto intrinsecamente relacionado às concepções freudianas; o esquecimento através da memória manipulada, que se relaciona com as problemáticas anteriormente abordadas sobre as narratividades e sua seletividade; e, por último, o esquecimento obrigatório, referindo-se aos processos de esquecimento institucionalizados, frequentemente observados em casos de anistia.

De maneira inovadora, Huyssen traz novas perspectivas ao pensar nas formas de esquecimento teorizadas por Ricoeur, utilizando exemplos como a luta das mães da Praça de Maio em relação aos desaparecidos políticos da Ditadura Civil-Militar Argentina. Ao analisar sua atuação após a instauração da anistia no país, percebe-se que essa forma de esquecimento institucional não acalmou as reivindicações da sociedade. Além disso, o exemplo do silenciamento em diversas esferas, tanto públicas quanto praticado pela sociedade e até mesmo pela academia alemã, em relação aos bombardeios estadunidenses contra os alemães no final da Segunda Guerra Mundial, traz à tona a noção de memória manipulada. Nesse caso, o esquecimento se deu por meio da narrativa em que a sociedade, em um momento de luto e resignação, escolheu silenciar. Dessa forma, isso problematiza concepções associadas aos conceitos, pois, como demonstrado, nem toda anistia resulta em um silenciamento hegemônico, e nem toda escolha de narrativas é prejudicial, dependendo de seus contextos de produção.

Após o levantamento do estado da arte e a apresentação do aporte teórico, torna-se evidente a necessidade de esforço para compreender as formas de memória e esquecimento políticos relacionados à Guerra do Paraguai, dada sua importância no desenrolar da História dos países envolvidos e sua subsequente influência narrativa. Com esse propósito, busquei fontes periódicas para elaborar sobre o assunto, considerando que a cidade de Santa Maria se destaca como um polo militar de importância nacional.

Ao tratar metodologicamente das fontes periódicas, as concepções de Tania Regina de Luca (2006) e Eric Brasil e Leonardo Fernandes Nascimento (2020) se tornam vitais, pois ambos expõem concepções e dicas para realizar um estudo crítico e completo, deste modo pretendo – ao pesquisar os periódicos disponíveis no Arquivo Histórico de Santa Maria e na Hemeroteca Digital Brasileira – analisar quais são os discursos desses jornais, quem são seus patrocinadores, qual o público destinado, como se dá a sua publicidade, bem como o seu posicionamento político em geral, de modo que, ao encarar as notícias e as colunas em suas páginas, se tenha a competência de perceber suas intenções.

Com isso, destaco aqui duas colocações importantes percebidas através das primeiras análises do jornal *A Razão*: existem algumas lacunas no acervo disponível do periódico no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, não estando disponível para pesquisa alguns de seus números na temporalidade estudada, fato que precisa ser exposto devido ao comprometimento de uma análise integral; de forma geral, o periódico nos anos de 1964-70 se

colocou a favor da Ditadura Civil-Militar em curso, porém, além de discursos e notícias político-partidárias, o periódico faz uma boa cobertura do cotidiano da cidade de Santa Maria, sempre havendo publicações sobre eventos culturais, esportivos e educativos, bem como notícias diversas sobre os acontecimentos cotidianos da cidade.

Em suma, por meio das fontes coletadas até o presente momento, observo uma tentativa de esquecimento por parte do Estado e das Forças Armadas, que, neste momento, se confundem devido ao país estar imerso na Ditadura Civil-Militar. O esforço de esquecimento é evidenciado pela ausência de menções nos jornais a qualquer efeméride relacionada à Guerra do Paraguai, contrastando com as diversas publicações encontradas sobre eventos militares e civis na cidade no mesmo período (1964 – 1970). Isso suscita hipóteses que ainda estão em processo de construção e elaboração mais aprofundada.

Considerações finais

Dentre estas hipóteses que estão sendo analisadas, até o presente momento acredito que a realização de festejos sobre o centenário da Guerra foi desencorajada pelas autoridades políticas brasileiras as quais não almejavam desagradar o país Guarani, pois, como se pode perceber através de outras pesquisas, tal como a de Ricardo Yegros e Liliana Brezzo (2013), haviam processos em curso que tangem as relações internacionais que necessitavam de uma boa relação entre o Brasil e o Paraguai, mais precisamente, entre as ditaduras instauradas nos dois países em questão, pois o Paraguai estava sendo governado pelo ditador Alfredo Stroessner que alcançou o poder supremo do país em 1954 e apenas saiu do governo em 1989 devido a dissidências internas em seu alicerce governamental, o Partido Colorado. As relações amistosas entre os dois países foram cultivadas pelo menos desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) devido ao desenvolvimento da Operação Pan-Americana (OPA) e continuaram posteriormente ao recorte do centenário da Guerra, onde a colaboração entre ambas as ditaduras parecia ser algo bastante desejável e, na década de 1970, com a Operação Condor, essa relação continuaria forte.

Para além, lembrar da Guerra e propor manifestações e debates públicos sobre o tema podia abrir espaço para os revisionismos que estavam ganhando notoriedade no Brasil, visto o que foi apresentado no início deste trabalho. De fato, não seria desejável, para ambas as ditaduras militares, terem seus arquivos revirados e a memória das suas Forças Armadas

colocadas em xeque pela população. Assim sendo, o ato de “esquecer”, mesmo que circunstancialmente, também tem fins políticos no presente.

A pesquisa que está em desenvolvimento apresentada se encontra ainda em um processo de análise das fontes coletadas e em busca de novos tipos de documentos que corroborem com novas percepções sobre as análises comentadas, contudo, saliento a dificuldade de acesso aos acervos militares da cidade de Santa Maria, os quais não estão disponíveis para livre pesquisa, este sendo um empecilho para a elaboração da dissertação em curso.

Referências Bibliográficas

- ALAMBERT JUNIOR, Francisco Cabral. **Civilização e barbárie, história e cultura: representações culturais e projeções da "Guerra do Paraguai" nas crises do Segundo Reinado e da Primeira República.** Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- ANTUNES, Marcos Pereira. **Uma Batalha simbólica: memória da retirada da Laguna no contexto de profissionalização do Exército Brasileiro: (1906-1930).** Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2007.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O expansionismo brasileiro: o papel do Brasil na Bacia do Prata - da colonização ao Império.** Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.
- BRASIL, Eric; NASCIMENTO, Leonardo Fernandes. História digital: reflexões a partir da hemeroteca digital brasileira e do uso de caqdas na reelaboração da pesquisa histórica. **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 33, n. 69, p. 196-219, 2020.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CHIAVENATTO, Julio José. **Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.
- DORATIOTO, Francisco. **Guerra do Paraguai; 2º visão.** São Paulo: Brasiliense, 1991. 83 p.
- DORATIOTO, Francisco. História e Ideologia: a produção brasileira sobre a Guerra do Paraguai. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, [S.I], v. 00, n. 00, p. 49012, 13 jan. 2009.
- DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado – presente.** Rio de Janeiro: Contraponto – Museu de Arte do Rio, 2014.
- LE MOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant: vida e história.** São Paulo: Topbooks, 1999.
- LUCA, Tania Regina. Fontes impressas: História dos e nos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

- O'LEARY, Juan Emiliano. **El libro de los héroes**: páginas históricas de la Guerra del Paraguay. Asunción: Librería Mundial, 1922.
- O'LEARY, Juan Emiliano. **El mariscal Solano López**. 2. ed. Madri: Imprenta de Félix Molinos, 1925.
- OLIVEIRA, Rodrigo Perez. **As armas e as letras**: a Guerra do Paraguai na memória oficial do exército brasileiro (1881-1901). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- POMER, León. **La Guerra del Paraguai**: gran negocio! Buenos Aires: Caldén, 1968.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. **Guerra do Paraguai**: os caminhos da memória entre a comemoração e o esquecimento. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do Exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- SILVEIRA, Mauro César. **Solano López na mira da imprensa ilustrada da corte**: a caricatura como arma na Guerra contra o Paraguai. 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
- SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. **Mártires da véspera**: a construção da memória sobre a Guerra da Tríplice Aliança (1870-1945). Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- SQUINELO, Ana Paula. **A Guerra do Paraguai**, essa desconhecida... ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: UCDB, 2002.
- TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **A retirada da Laguna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Tradução e organização Sergio Medeiros.
- YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.